

ELEMENTOS DA CONFIGURAÇÃO DA AGROECOLOGIA NOS MUNICÍPIOS DE ITAPEJARA D'OESTE, SALTO DO LONTRA E VERÊ – SUDOESTE DO PARANÁ

ELEMENTS FROM AGROECOLOGY'S CONFIGURATION ON ITAPEJARA D'OESTE, SALTO DO LONTRA & VERÊ COUNTIES – SOUTHWEST OF PARANÁ

Luciano Zanetti Pessôa Candiotto

Doutor em Geografia
Professor dos cursos de Geografia (graduação e mestrado) da UNIOESTE
lucianocandiotto@yahoo.com.br

Marcos Aurélio Saquet

Pós-doutor em Geografia
Professor dos cursos de Geografia (graduação e mestrado) da UNIOESTE
saquetmarcos@hotmail.com

Elaine Fabiane Gaiovicz

Mestre em Geografia
elaine-fabiane@hotmail.com

Poliane de Souza

Graduada em Geografia
poliane_nardi@hotmail.com

Valentina Bianco¹

Especialista em Desenvolvimento Local
valentina.bianco84@gmail.com

Resumo

Considerando nosso envolvimento em um projeto de pesquisa e extensão no qual trabalhamos com 46 famílias de agricultores familiares/camponeses que produzem alimentos orgânicos nos municípios de Itapejara d'Oeste, Salto do Lontra e Verê, apresentamos nesse artigo, uma avaliação sobre alguns elementos relacionados à agroecologia nesses três municípios. Inicialmente discutimos as diferenças entre as produções convencional e orgânica/agroecológica; em um segundo momento, enfatizamos a produção orgânica no Sudoeste do Paraná e o motivo da escolha por estes três municípios; e na sequência apresentamos e analisamos dados secundários sobre a produção agropecuária, assim como informações primárias coletadas durante trabalhos de campo realizados nos estabelecimentos rurais. Finalmente, realizamos uma exposição sobre os objetivos, avanços, problemas e perspectivas de desenvolvimento da agroecologia em cada município.

Palavras-chave: Agricultura convencional. Agricultura orgânica. Agroecologia. Sudoeste do Paraná.

Abstract

Considering our involvement in a research & extension's project which involved 46 farmer's families that produces organic foods on the counties of Itapejara d'Oeste, Salto do Lontra and Verê, we present in this paper an appraisal of some elements related on agroecology in those three counties. Initially the paper discuss the variances among conventional & organic productions; followed by data about organic and conventional agriculture in Parana's Southwest based on secondary data and data collected during visits with the farmers about these three counties. Finally we perform an exposition on the objectives, improvements, problems & prospects of development from agroecologia in each county.

Keywords: Conventional agriculture. Organic agriculture. Agroecology. Southwest of Paraná.

Introdução

A emergência de novos territórios e de novas territorialidades é uma constante no decorrer da história da humanidade, porém, o avanço das técnicas e as consequências sociais e ambientais do crescimento econômico intensificaram esse processo nos últimos duzentos anos. Os diversos setores produtivos passaram a sofrer uma forte dependência da ciência e da tecnologia, gerando conquistas significativas nestes setores, e, ao mesmo tempo, desencadeando diversos danos sociais e ambientais.

Na agricultura, a possibilidade de aumentar a produção de alimentos tornou-se o grande argumento para a inserção de novas técnicas e tecnologias no espaço rural, e, a partir da década de 1950, os setores agrícola e pecuário passam por um grande processo de modernização, pautado na modificação de espécies em laboratório, inserção de agroquímicos no solo, plantas e animais, mecanização (tratores, colheitadeiras etc.), e na industrialização dos processos de produção e de processamento de produtos agropecuários. A agricultura passou a depender das sementes, insumos químicos e máquinas destinados a facilitar o manejo e a produtividade agrícola, bem como das indústrias responsáveis pela transformação dos produtos agrícolas *in natura*.

Apesar do crescimento da produção de alimentos, os problemas relacionados à fome, desigualdade social e concentração fundiária não foram resolvidos por essa modernização da agricultura, que serviu para expandir os lucros das empresas

agropecuárias. Por outro lado, trouxe à tona vários impactos ambientais, como a contaminação de recursos hídricos, solos, plantas e animais; perda de biodiversidade; redução da fertilidade natural dos solos; dependência de insumos químicos e máquinas agrícolas, entre outros.

O modelo de desenvolvimento vigente durante os séculos XIX e XX, pautado na lógica de crescimento econômico a qualquer preço, vem mostrando-se limitado e degradador, de modo que seus desdobramentos sociais e ambientais nos remetem a repensar o desenvolvimento. Nesse contexto, surgem novas teorias, correntes e ideias pautadas numa concepção de desenvolvimento que considere as dimensões sociais (economia, cultura e política) e naturais de forma integrada, priorizando os benefícios sociais coletivos e um uso mais equilibrado dos ecossistemas e dos recursos naturais.

Como contraposição ao modo de produção agropecuário baseado na inserção de insumos e na industrialização da cadeia produtiva, surgem novas teorias, métodos e técnicas agrícolas chamadas de “ecológicas” ou “alternativas”², pois buscam efetivar uma produção agropecuária adaptada ao equilíbrio dinâmico dos ecossistemas, através do conceito de agroecossistemas. Entre as correntes da agricultura de base ecológica, destacamos aqui, a agricultura orgânica e, especificamente a agroecologia.

Enquanto a agricultura orgânica limita-se a eliminar o uso de agroquímicos, sementes híbridas e transgênicas e outros métodos da agricultura convencional, promovendo assim usos menos impactantes dos recursos naturais, a agroecologia pressupõe uma agricultura mais complexa, multidimensional, pois além dessa dimensão ecológica, possui objetivos políticos e sociais vinculados ao fortalecimento do empoderamento e autonomia dos agricultores familiares/camponeses; manutenção dos agricultores no campo; valorização de sua autoestima e qualidade de vida; contribuindo para a soberania alimentar de produtores e consumidores. Assim, todos os agricultores agroecológicos praticam a agricultura orgânica, porém, poucos agricultores orgânicos praticam a agroecologia.

De forma geral, os principais objetivos da agroecologia são: 1. Produzir e oferecer alimentos livres de insumos químicos e com qualidade nutricional para produtores e consumidores; 2. Garantir a produção alimentar para a subsistência dos agricultores; 3. Utilizar os recursos naturais de maneira responsável e equilibrada,

levando em consideração a recuperação e manutenção dos ecossistemas, e; 4. Propiciar formas de trabalho que permitam ao agricultor familiar viver com saúde e qualidade de vida.

Dentro das pesquisas e outras atividades do GETERR (Grupo de Estudos Territoriais), temos trabalhado com a agricultura orgânica e agroecológica, buscando identificar e conhecer os agricultores orgânicos da região Sudoeste do Paraná, analisar a diversidade de situações existentes, bem como contribuir para o fortalecimento da agroecologia nos municípios pesquisados. Além da realização, em 2007, do III SEET (Seminário Estadual de Estudos Territoriais), que teve como tema a Agroecologia, e como resultados a publicação de mais de 50 artigos nos anais do evento (ALVES; CADIOTTO; CARRIJO, 2007); o livro “Agroecologia e Desenvolvimento Territorial” (2008); e um DVD com as palestras do evento, o GETERR vem desenvolvendo projetos de pesquisa e extensão vinculados à temática. Entre eles, o projeto “Agricultura Familiar Agroecológica nos municípios de Itapejara d'Oeste, Salto do Lontra e Verê (Sudoeste do Paraná) como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial”, cadastrado no Programa Universidade Sem Fronteiras, da SETI (Secretaria do Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), desenvolvido entre abril de 2008 e dezembro de 2010; e o projeto “Conhecendo a Configuração da Agricultura Orgânica e da Agroecologia em nove municípios do Sudoeste do Paraná”, em andamento, financiado pelo CNPq através do edital n. 52/2012, e desenvolvido a partir de junho de 2010.

Procurando apresentar alguns resultados do projeto já finalizado (Agricultura Familiar Agroecológica nos municípios de Itapejara d'Oeste, Salto do Lontra e Verê como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial), e contribuir para o debate sobre a agroecologia, organizamos esse artigo, em que discutimos a diferença conceitual entre a agricultura convencional, a transgênica, e a agroecológica; contextualizamos rapidamente a trajetória da agricultura orgânica no Sudoeste do Paraná, e apresentamos uma avaliação sobre os avanços e dificuldades no desenvolvimento da agroecologia nos municípios do projeto: Verê, Itapejara D'Oeste e Salto do Lontra.

Produções: convencional, transgênica e agroecológica

Entende-se por agricultura, a atividade primária de produção de alimentos voltada para satisfazer a demanda alimentar da população em geral. Dentro da agricultura, existem diferentes formas de produção, que surgem em períodos históricos diferentes, e, apesar de estarem direcionadas à produção de alimentos, possuem lógicas e objetivos distintos. Destacamos aqui, a chamada agricultura convencional, a transgênica e a agroecológica.

Segundo Hespanhol (2008), a agricultura convencional pode ser representada pelo modelo de produção implantado pela *revolução verde*, após a 2ª Guerra Mundial (fim da década de 1940), baseada na aplicação de tecnologias e técnicas que visam a maximização tanto da produção agrícola quanto dos lucros.

O sistema de produção convencional, focalizado na monocultura e no uso de sementes híbridas e insumos químicos, foi e vem sendo responsável pela redução na biodiversidade, contaminação de solos, recursos hídricos, animais e dos próprios agricultores e seus familiares, acarretando patologias. As técnicas de produção requerem o emprego de quantidades maiores de insumos agrícolas e outras fontes de energia, geralmente externas aos estabelecimentos rurais. Terra e trabalho são substituídos por capital e tecnologias, e a produção, processamento e comercialização são comandados por grandes empresas transnacionais.

As principais críticas relacionadas à agricultura convencional residem no desmatamento provocado pela mesma; uso intensivo de máquinas e agroquímicos; concentração fundiária; e nas consequências sociais e ambientais provocadas com essas ações, como perda de biodiversidade, compactação e erosão de solos e assoreamento de rios, dependência do agricultor das tecnologias agrícolas, êxodo rural, contaminação de pessoas e animais, entre outras.

Conforme o Greenpeace (2005), a agricultura transgênica é considerada uma “evolução” da agricultura convencional, surgindo no final do século XX e criando polêmicas em relação a sua aceitação. Através da modificação genética de organismos vivos, busca-se criar variedades mais resistentes a pragas e intempéries, sempre com o objetivo maior de aumentar a produtividade e os lucros das empresas que dominam o setor.

Os produtos transgênicos são aqueles que recebem no seu código genético genes estranhos, através da transferência de genes com características diferenciadas. Cabe ressaltar que a transgenia não é o melhoramento genético, pois este consiste na seleção de plantas e animais resistentes a doenças, tolerantes a diferentes condições ambientais, mais nutritivos e produtivos e com características de interesse comercial.

Os principais questionamentos à agricultura transgênica estão relacionados à falta de conhecimento sobre as conseqüências ambientais desses produtos, sobretudo nas cadeias alimentares, que podem afetar e reduzir a biodiversidade natural, bem como sobre as conseqüências do consumo de transgênicos para a saúde humana.

Já a agricultura orgânica e a agroecologia constituem correntes da agricultura fundamentadas numa clara contraposição à agricultura convencional, e na crença de que é possível utilizar conhecimentos ancestrais de produção de alimentos, que permitam produzir sem comprometer o funcionamento dos agroecossistemas. Ambas fazem parte de algo mais amplo, denominado agricultura de base ecológica (MEIRA; CANDIOTTO, 2012).

A agroecologia se propõe a ser totalmente adaptada às condições ambientais dos ecossistemas e/ou agroecossistemas nos quais vai se inserir. Além de ser uma ciência, que une Agronomia e Ecologia, a agroecologia é também um movimento político, resultado de uma crescente contestação às conseqüências da tecnicização da agricultura.

Segundo Hespanhol (2008), entende-se por agroecologia, um modo de vida e de cultivo da terra que privilegia a saúde humana e a conservação ambiental. Ela deve promover o trabalho digno e a sustentabilidade do agroecossistema, por meio de práticas adaptadas às condições e especificidades de cada lugar. Além disso, ela se desenvolve com o emprego de tecnologias de baixo custo e adaptáveis ao ecossistema local, como a utilização de técnicas de controle biológico, consorciamento de espécies, policultura, adubos orgânicos de baixa solubilidade.

Portanto, a agroecologia favorece o enriquecimento do solo com matéria orgânica, mantendo uma cobertura viva, composta por húmus, microorganismos decompositores e insetos. Dentro desse sistema, a rotação de culturas, policultura e manutenção da biodiversidade, são princípios e práticas fundamentais, junto com a

opção pela alimentação orgânica dos produtores, a utilização de práticas homeopáticas e a manutenção de estruturas adequadas para os animais.

Enquanto a agricultura orgânica limita-se a produzir alimentos livres de agroquímicos, não questionando quem produz e onde se comercializa esses alimentos, na agroecologia, os objetivos não são somente relacionados à conservação ambiental, mas também se relacionam a melhorias sociais, econômicas e políticas para os agricultores familiares, como a geração de empregos, reversão ou pelos menos desaceleração do processo de urbanização, através do emprego de maior mão-de-obra no campo, além da inclusão social, pois a produção agroecológica valoriza o saber-fazer do agricultor.

Além de a agroecologia ser vinculada ao fortalecimento da autonomia dos agricultores, seja uma autonomia em relação aos tipos de alimentos produzidos e aos métodos de manejo agrícola - seja uma autonomia relacionada à organização e atuação política dos agricultores - ela também se apresenta com um grande potencial pedagógico para a sociedade, que pode ser explorado de diversas formas, principalmente em visitas técnicas e para atividades de educação ambiental.

A produção orgânica no Sudoeste do Paraná e a seleção dos municípios do projeto de extensão

Em 1970, período em que a chamada *revolução verde* - decorrente da modernização técnica da agricultura e da pecuária - se consolidou em todo Brasil e no Sudoeste do Paraná, surgiram diversas transformações no espaço agrário brasileiro, como a maior dependência por insumos agrícolas; a intensificação da concentração fundiária e o conseqüente êxodo rural; a ampliação das áreas agricultáveis em detrimento da retirada da cobertura vegetal nativa e secundária, assim como o surgimento de novas cidades e complexos agroindustriais.

Como consequência desse processo, intensificaram-se os problemas socioambientais no campo, de modo que começaram a surgir questionamentos sobre a viabilidade dessa agricultura, chamada de convencional, e, em seguida, propostas alternativas de manejo agrícola e pecuário. Tais propostas procuravam resgatar conhecimentos tradicionais de métodos de cultivo e criação pretéritos, menos agressivos ao

ambiente, mas também incorporar conhecimentos e técnicas atuais decorrentes do avanço científico e tecnológico, numa perspectiva próxima à concepção de sustentabilidade.

Ao fazer uma análise da trajetória da agricultura orgânica e da agroecologia na região Sudoeste do Paraná, Fritz (2008) aponta que, até a década de 1980, a principal instituição protagonista no apoio à agroecologia foi a ONG (Organização Não-governamental) ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), atuante na região desde a década de 1960. Ainda na década de 1980, o Instituto EMATER (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural) “*teve um trabalho com ênfase na adubação verde e adubação orgânica, introdução de animais rústicos, produção de sementes variadas e trabalho de extensão através da organização das comunidades, partindo de sua realidade e necessidades*” (Idem, p. 187).

Conforme Fritz (2008), a produção de orgânicos foi se consolidando na região a partir da década de 1990, principalmente, entre 1994 e 1995, com a produção de soja em municípios como Capanema e Planalto, e em 1997, com a olericultura e fruticultura nos municípios de Francisco Beltrão, Capanema e Cruzeiro do Iguaçu. A partir do ano 2000, foi iniciado um trabalho de incentivo à produção orgânica através do projeto Pró-Caxias³, envolvendo os municípios de Nova Prata do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, São Jorge d'Oeste e Salto do Lontra.

Segundo o Instituto EMATER apud Fritz (2008), a região Sudoeste do Paraná possui 29,94% da área total, 20% do volume de produção e 21,6% dos agricultores do estado.

A comercialização na região é feita pelas empresas Gebana (que compra grãos e exporta para a Europa), Biorgânica (Produção e Comércio de Produtos Alimentares Ltda.), Gralha Azul, e também pela COOPAFI (Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar Integrada), além dos consumidores que buscam produtos mais saudáveis nas bancas das feiras ou dos supermercados, e na própria propriedade do agricultor. Nesse contexto, ressaltamos que existem formas de comercialização distintas, que também são importantes para diferenciar a agricultura orgânica da agroecologia. Enquanto as empresas Gebana, Biorgânica e Gralha Azul atuam como atravessadoras, absorvendo a produção para comercializar em mercados

diversos (nacionais e estrangeiros), as iniciativas da COOPAFI e principalmente as experiências de venda direta, através das feiras e nas propriedades rurais, mostram-se mais solidárias e vantajosas aos agricultores e consumidores, pois os preços são menores para os consumidores, enquanto o lucro para os agricultores tende a ser maior. Já o escoamento da produção para supermercados locais e regionais, apresenta como vantagem a maior oferta de produtos orgânicos para a população do Sudoeste, mas também acaba reduzindo a margem de lucro dos agricultores e ampliando o preço dos produtos para os consumidores.

Atualmente, a produção orgânica/agroecológica está espalhada por toda a região Sudoeste do Paraná, e, apesar de incipiente, vem ocupando espaço em todos os municípios, apresentando uma perspectiva de crescimento quantitativo e qualitativo. No entanto, os maiores problemas verificados estão relacionados à falta de assistência técnica para a agricultura orgânica e à falta de mão-de-obra em alguns estabelecimentos rurais.

Para a definição dos municípios selecionados no projeto de extensão (Verê, Itapejara d'Oeste e Salto do Lontra), priorizamos aqueles que possuíam um baixo IDH e que tinham agricultores trabalhando com produção orgânica/agroecológica. Além destes parâmetros, existem as seguintes características individuais que justificaram a escolha:

1. **Verê:** existência de mais de 20 agricultores envolvidos com a agricultura orgânica, e a organização técnica e política em torno da agroecologia através da existência de um núcleo regional do CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor); da criação da APAV (Associação dos Produtores Agroecológicos de Verê); e da ligação com a Rede Ecovida, responsável por um processo de certificação participativa⁴. Verê é um dos municípios do Sudoeste onde a agroecologia é mais desenvolvida;
2. **Itapejara d'Oeste:** existência de agricultores agroecológicos dispersos, sem uma organização política para produção e comercialização, e falta de assistência técnica para apoio à agroecologia;
3. **Salto do Lontra:** existência de iniciativas agroecológicas dispersas que precisam ser reorganizadas e qualificadas.

O objetivo principal do projeto foi compreender as características da produção agroecológica familiar de alimentos e participar na qualificação dessa produção nos municípios anteriormente mencionados, contribuindo para a geração de empregos e/ou

melhoria na renda familiar e inclusão social. Para tal, adotamos a metodologia participativa, envolvendo os atores sociais ligados à agricultura familiar dos municípios e os agricultores agroecológicos. Para interpretação das características econômicas, políticas e culturais destes agricultores, optamos pela abordagem territorial histórica, relacional e multidimensional (SAQUET, 2007), que também busca reconhecer a influência da variável ambiental no processo. Como se trata de um projeto de pesquisa e extensão, a partir de um diagnóstico da situação atual de aspectos relacionados à agroecologia em cada unidade familiar (estrutura da propriedade, organização familiar, produção, comercialização, manejo agropecuário e ambiental), procuramos levantar as principais dificuldades e necessidades dos agricultores para, em seguida, definir e implantar ações que contribuam para o fortalecimento da agroecologia e para a melhoria da qualidade de vida desses agricultores.

Na sequência apresentamos as considerações sobre os três municípios envolvidos no projeto.

A agricultura e a agroecologia em Itapejara d'Oeste, Salto do Lontra e Verê

Analisando dados secundários disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro Geografia e Estatística), entre 1985 e 2007, em relação ao município de Itapejara d'Oeste, contabiliza-se uma população urbana em crescimento (de 30,3% em 1985 para 45,9% em 2007) e uma correspondente diminuição na população rural, demonstrando uma tendência de crescimento da população urbana decorrente do êxodo rural.

A respeito dos principais produtos cultivados no município, podemos destacar o milho com 42% e a soja com 41% da quantidade total produzida em 2007, com um percentual menor o feijão (10%) e o trigo (4%), e a seguir a mandioca (3%). Considerando as variações temporais em termos de área colhida e quantidade produzida, verifica-se um significativo aumento na produção do milho entre 1985 e 1996 (de 40,2% em 1985 para 56% em 1996), enquanto ocorre o contrário entre 1996 e 2007 (de 56% para 29%), quando diminui a área destinada a este cultivo. O oposto acontece com a soja, que durante 1985 a 1996 diminui de 35% para 30% e depois, em 2007, aumenta 24%,

correspondendo a 54% da área colhida no município. A porcentagem de feijão, trigo e mandioca, além de já ser inicialmente inferior, diminui durante os vinte anos analisados.

A predominância da soja e do milho pode-se imputar à promoção desses cultivos através de incentivos, no processo da modernização da agricultura vinculados à *revolução verde*, que começou nas décadas de 1970 e 1980 e desenvolveu-se intensamente.

Em contraposição a esses acontecimentos e as suas implicações, a partir de meados dos anos 1990, surgiram, em Itapejara d'Oeste, as primeiras experiências em agroecologia. O município contava em 2010 com nove produtores, sendo que destes, cinco possuíam o estabelecimento com 100% de produção agroecológica e quatro tinham atividades produtivas voltadas à produção orgânica, mas sem ter todo o estabelecimento com produção totalmente orgânica. O tamanho das propriedades variava entre 4,8 e 31,7 hectares e o número de trabalhadores variava entre um mínimo de dois até um máximo de sete.

Comparando com os dados relativos à agricultura convencional aqui expostos, os produtos agroecológicos principais são diferentes daqueles que predominam na agricultura convencional de larga escala. Destacam-se entre os produtos orgânicos, as hortaliças e as frutas (principalmente a uva). Além disso, cultiva-se também milho, soja, feijão e cana-de-açúcar, porém, estes são produzidos em menor quantidade e não são cultivados os agricultores orgânicos. Os principais produtos processados são leite, queijo, cachaça, vinho, geléias e conservas.

Com relação à certificação, até 2012 somente dois agricultores dos municípios estudados conseguiram o selo da Rede Ecovida, enquanto um recebia o selo da mesma empresa com a qual comercializa: a Agrorgânica. Contudo, a comercialização das hortaliças e dos produtos agroindustrializados acontece principalmente através do mercado do produtor da COOPAFI; da venda direta ao consumidor nas propriedades; e também do programa PAA (Política de Aquisição de Alimentos), mais conhecido como "Fome Zero". A uva é entregue e transformada em suco e geléia pela indústria de Sucos Viry da APROVIVE (Associação dos Produtores Vitivinícolas de Verê). O leite é comercializado com o laticínio Alto Alegre, também do município de Verê.

Quadro 01 - Parcerias e suas funções na produção agroecológica no município de Itapejara d'Oeste

ENTIDADE	FUNÇÃO
CRESOL - Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária	- Linha de crédito voltada a agroecologia.
EMATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	- Assistência técnica e programas de apoio a produção agroecológica.
CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor	- Assistência técnica e cursos voltados às necessidades do produtor
COOPAFI - Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar	- Comercialização dos produtos;
APROVIVE – Associação dos produtores vitivinicultores de Verê	- Industrialização e comercialização do suco de uva orgânico

Fonte: Trabalho de campo (2010). Organização Elaine F. Gaiovicz.

Assim como no município de Itapejara d'Oeste, o município de Salto do Lontra possui características interessantes em relação a sua produção, tanto convencional quanto orgânica, que devem ser analisadas.

A população urbana tem crescido significativamente de 1985 a 1996, passando de 20,7% para 43,9%, porém se manteve constante durante a década posterior.

Salto do Lontra também possui como principal produto o milho, todavia o segundo produto mais cultivado é o feijão, seguido pela soja, trigo, mandioca e fumo. Considerando as variações temporais na área colhida e quantidade produzida, em relação a 1985, verifica-se um contínuo aumento da produção de soja, trigo, mandioca e fumo. Ao lado, observa-se uma diminuição da área colhida do milho e aumento da área do feijão na década de 1996. Já em 2007, ocorre o oposto.

Comparando os dois municípios analisados até esse momento, destaca-se uma diferença na quantidade de feijão produzido no município de Salto do Lontra, que durante duas décadas prevalece sobre a produção de soja.

Neste município, a presença da agroecologia é mais antiga. Em 1985 a família “dos Santos” iniciou o cultivo de produtos orgânicos em virtude de problemas que tiveram com intoxicação por agrotóxicos. Atualmente, o município possui oito produtores, e destes, quatro são irmãos e produzem grãos. As propriedades caracterizam-se pela variação elevada em seus tamanhos: a menor possui 0,25 *hectares*

e a maior cerca de 40 hectares. Isso é refletido também no número de trabalhadores empregados (que variam entre dois e cinco); na quantidade produzida; no tipo de produtos cultivados; e na porcentagem de produtos agroecológicos ofertados no mercado local da COOPAFI.

Os principais produtos agroecológicos encontrados no mercado são: hortaliças, frutas, grãos, leite, cana-de-açúcar, café e ervas medicinais, além dos produtos transformados, como queijos, requeijão, salame, vinho, açúcar mascavo, geléias, conservas, compotas de doces e mel.

Só um produtor de hortaliças possuía em 2010, certificação da Rede Ecovida (sistema participativo de garantia), enquanto três dos quatro irmãos granjeiros são certificados pelo IBD (Instituto Biodinâmico) e um deles pelo IMO (Instituto de Mercado Ecológico).

Apesar de uma parte das hortaliças serem utilizadas para o consumo próprio, os produtores conseguem também garantir produtos para o mercado do produtor da COOPAFI, programa do governo Fome Zero, e parte da feira semanal da Agricultura Familiar. A reorganização e recente reativação dessa última é fruto de um trabalho conjunto entre nossa equipe, a ONG Assesoar e as entidades parceiras do município de Salto do Lontra.

Quadro 02 - Parcerias e suas funções na produção agroecológica no município de Salto do Lontra

ENTIDADE	FUNÇÃO
CRESOL - Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária	- Linha de crédito voltada a agroecologia.
EMATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	- Assistência técnica e programas de apoio a produção agroecológica.
CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor	- Assistência técnica e cursos voltados às necessidades do produtor
COOPAF - Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar	- Comercialização dos produtos;
APROVIVE – Associação dos produtores vitivinicultores de Verê	- Industrialização e comercialização do suco de uva orgânico
CLAF – Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar	- Comercialização de leite produzido pela agricultura familiar.

Fonte: Trabalho de campo (2010). Organização Elaine F. Gaiovicz.

A produção da família envolvida com a agroecologia há mais tempo caracteriza-se pela maior diversificação e, por isso, consegue comercialização tanto no município, quanto em outras feiras do Paraná (Francisco Beltrão, São Jorge d'Oeste, Salgado Filho e Curitiba). Algumas hortaliças produzidas por um agricultor da Vila Rural são entregues diretamente nas casas dos consumidores e nas lanchonetes e restaurantes do município. O leite é produzido somente por duas famílias e comercializado através da CLAF (Cooperativa e Leite da Agricultura Familiar) e da LATCO (Latco Beverages indústria de alimento Ltda.), enquanto que os grãos são vendidos para a Gebana.

No que tange o município de Verê, este é considerado o município mais organizado em termos de produção agroecológica, pois a agroecologia já é praticada há cerca de 10 anos. Existem duas associações voltadas para organização e planejamento desta produção, sendo a APAV (Associação dos Produtores Agroecológicos de Verê) a APROVIVE (Associação dos Vitivinicultores de Verê) e o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), que dá assistência direta aos produtores.

Em relação à produção convencional e à população urbana e rural de Verê, percebe-se que a população urbana teve um aumento considerável entre 1980 e 1996, passando de 14,7% para 60,5%. Porém, em 2007, a população urbana diminuiu 25,8%.

Os principais produtos em quantidade produzida e área colhida são o milho, a soja, o trigo, o feijão, a mandioca e o fumo, isso, nas três décadas. Cabe ressaltar, que como nos outros municípios do projeto, o milho e a soja apresentam um percentual constante durante o período de 1985 a 2007, sendo que no início (1985) a porcentagem de produção total do município era de 49% de milho e 18% de soja, e no último ano analisado (2007) o milho caiu para 47% enquanto a soja aumentou para 26%. Já os outros produtos tiveram variações menores.

A agroecologia no município de Verê tem um apoio diferenciado comparando com os outros dois municípios antes apresentados, pois neste, encontramos a presença do CAPA, que tem como principal objetivo orientar e incentivar os produtores agroecológicos. O CAPA preocupa-se com a produção de alimentos saudáveis, a saúde da família, (do agricultor e dos consumidores), com o ambiente e com a viabilidade da permanência do agricultor familiar no campo com boas condições de vida. A instituição

é financiada pela Igreja Luterana do Brasil e vem atuando na assistência técnica para a produção e no acesso a mercados institucionais, como o PAA.

Em 2010, Verê possuía aproximadamente vinte e cinco produtores orgânicos, sendo que os estabelecimentos com produção totalmente orgânica eram apenas três. O tamanho destas variava entre 0,25 e 38 hectares e o número de trabalhadores, na maioria temporários, oscilava entre um e seis.

Os principais produtos cultivados no município são os seguintes: hortaliças, frutas, grãos, mandioca e leite, comercializados principalmente na APAV, nos mercados regionais, na feira de Curitiba, no laticínio Alto Alegre, na indústria de Sucos Viry e na venda direta ao consumidor.

É importante ressaltar que, em Verê, há uma produção agroindustrial considerável, na qual destacam-se produtos como: suco de uva, vinhos, vinagre, geléias, compotas, açúcar mascavo, embutidos, queijo e conservas. Além disso, a APAV possui uma cozinha particular, onde são transformados os produtos que não são vendidos, ou seja, aqueles que perecem em pouco tempo. Para não haver perda, os produtores entregam o excedente e a associação os transforma e comercializa, de acordo com um padrão próprio (receitas, embalagem e rotulagem).

Dos vinte e cinco produtores, apenas dois não possuíam certificação. Os outros eram certificados pela Rede Ecovida e pelo Instituto Biodinâmico através da empresa Gebana.

Para finalizar, o município de Verê é, entre os três apresentados, aquele onde registra-se o maior compromisso das entidades com a questão da agricultura orgânica e agroecológica.

Quadro 03 - Parcerias e suas funções na produção agroecológica no município de Verê

ENTIDADE	FUNÇÃO
Prefeitura Municipal de Verê	- Projeto de industrialização do suco de frutas cítricas orgânico.
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais	- Apoio e incentivo a agricultura familiar e agroecologia.
CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor	- Assistência técnica e cursos voltados às necessidades do produtor.

APAVE – Associação dos Produtores Agroecológicos de Verê	- Comercialização dos produtos;
APROVIVE – Associação dos produtores vitivinícolas de Verê	- Industrialização e comercialização do suco de uva orgânico

Fonte: Trabalho de campo (2010). Organização Elaine F. Gaiovicz.

Objetivos, dificuldades e perspectivas da agroecologia nos três municípios

Através da fase de diagnóstico, levantamos os dados qualitativos e os apresentamos a seguir. Em um primeiro momento procuramos saber quais são os objetivos da produção agroecológica na percepção dos agricultores envolvidos com o projeto. Estes, baseados nas perspectivas agroecológicas, apontam como principais objetivos: a) abandonar o uso de venenos; b) obter um produto mais saudável; c) cuidar da terra e do ambiente; d) adquirir uma renda maior, pois o custo desta produção é menor; e) gerar empregos; f) ampliar a produção de hortaliças; e principalmente, g) cuidar da própria saúde e da saúde dos familiares.

Porém, não podemos esquecer que, como para outros sistemas de produção existem problemas, isso também ocorre na produção orgânica. Entre as principais dificuldades encontradas pelos agricultores orgânicos dos três municípios, podemos citar as seguintes: falta de auxílio financeiro, de assistência técnica, de mão-de-obra e de produtos; dificuldades iniciais na conversão do convencional para o orgânico; concentração de venenos nas propriedades circundantes; necessidade de barreiras para proteger a produção orgânica; combate às pragas e doenças; insuficiência de cursos e informações sobre as vantagens da agroecologia; perda de parte da produção por não usar conservantes nem produtos químicos; falta de seguro da produção; falta de diferenciação e valorização dos produtos agroecológicos na comercialização; alto custo da certificação; exploração do consumidor, pois o preço final dos produtos é muito alto quando revendido por supermercados; e a diferença entre a aparência dos produtos orgânicos com os convencionais, que por serem maiores e mais baratos, são preferidos pela maioria dos consumidores.

Há, todavia, também alguns agricultores que estão decepcionados com os escassos resultados alcançados até esse momento, em termos de produtividade e rendimento

econômico. Apesar disso, muitas são as vantagens mencionadas pelos agricultores em relação à agroecologia: a redução dos custos de produção; a valorização da qualidade do produto e do trabalho do pequeno agricultor; o melhoramento da saúde das pessoas e dos animais; e a preservação ambiental. Ao lado disso, há ainda muitos desafios.

Por isso, os agricultores entrevistados colocam as seguintes sugestões para melhorar a produção e comercialização de alimentos orgânicos: maior investimento no acompanhamento técnico, na qualificação da produção e na aquisição de benfeitorias; valorização dos produtos em termos de preço; fortalecimento da organização entre pequenos agricultores (através de um grupo, uma associação ou cooperativa) para ter voz ativa na comunidade, poder colocar os produtos diretos ao consumidor e obter maiores financiamentos; planejamento para a diversificação da produção; a organização de uma feira (como a Feira da Agricultura Familiar em Salto do Lontra), de um serviço de recolhimento dos produtos orgânicos pelas Prefeituras dos três municípios e, enfim, uma central de produtos orgânicos. Ainda na opinião dos agricultores entrevistados, as políticas de incentivo à agricultura orgânica como a Política de Aquisição e Alimentos do Governo Federal, que paga um valor maior pelos produtos orgânicos, deveriam ser ampliadas, além da divulgação sobre a importância da agroecologia para a conscientização dos consumidores.

De maneira geral, no decorrer da realização das atividades do projeto (2009 e 2010), na pesquisa e na extensão/cooperação, os principais resultados obtidos foram os seguintes: - avanço no debate teórico sobre agroecologia por parte da equipe, devido às leituras feitas e à participação em eventos científicos e palestras; - capacitação dos bolsistas envolvidos no projeto (graduação e mestrado); - maior conhecimento da realidade da agricultura orgânica e da agroecologia nos municípios estudados, principalmente em Verê, evidenciando características quantitativas e qualitativas da produção e das famílias; - encaminhamento de cooperações entre os diferentes atores dos três municípios; - conscientização dos consumidores através de uma cartilha informativa, contendo uma comparação entre produtos orgânicos e convencionais, a localização em mapa, contato e dados sobre a produção em cada estabelecimento rural do projeto, distribuída gratuitamente nos três municípios e na região sudoeste do Paraná

(ALVES et al, 2010); - reativação da feira semanal de agricultura familiar no município de Salto do Lontra, em parceria com a ASSESOAR; - capacitação dos agricultores através do curso de manejo do solo e água (Salto do Lontra e Itapejara D'Oeste); - fortalecimento da extensão universitária na Unioeste, trabalhada em conjunto com as entidades parceiras e com os produtores orgânicos/agroecológicos; - cooperação acadêmica interinstitucional com a Universidade de Turim, através de duas bolsistas recém-formadas que participaram ativamente das atividades do projeto; - maior visibilidade do papel da Universidade na sociedade com o fortalecimento da extensão universitária na Unioeste, trabalhada em conjunto com atividades de ensino e pesquisa; - mapeamento das unidades produtivas orgânicas/agroecológicas e das entidades dos três municípios; - criação de um arquivo fotográfico; - troca de experiências e trabalho conjunto com as instituições ligadas à agricultura familiar e agroecologia dos municípios, bem como com os agricultores envolvidos; - colaboração com o Conselho de Ética da Rede Ecovida no município de Verê; - levantamento e caracterização do patrimônio histórico de Itapejara d'Oeste, com elaboração de um mapa temático que poderá ser utilizado para a definição de um roteiro de turismo rural.

Considerações finais

Considerando a importância da agricultura familiar/camponesa e a estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná, marcada pela presença significativa de pequenas propriedades, acreditamos que a agroecologia pode unir aspectos fundamentais para novas formas de desenvolvimento, com a oferta de alimentos mais saudáveis; conservação e preservação ambiental; saúde dos produtores e dos consumidores; inclusão social; produção com menos custos; aproveitamento da mão-de-obra familiar; e valorização das famílias de agricultores.

No entanto, com a realização de projetos de pesquisa e extensão relacionados à agroecologia no Sudoeste do Paraná, percebemos que existem diversos obstáculos que vêm dificultando o avanço da agroecologia na região. É certo que existem iniciativas e experiências de sucesso, que podem servir como referências para agricultores e suas instituições, porém, sabemos que há muito por fazer em termos de apoio à produção,

processamento, certificação e comercialização dos alimentos orgânicos e, principalmente, agroecológicos.

Além da necessidade de apoio técnico para combater organismos indesejados (insetos, fungos, etc.), reduzir perdas e aumentar a quantidade de produtos ofertados, faz-se necessário intensificar a organização social e política dos agricultores agroecológicos, bem como de toda a sociedade, pois, havendo maior procura por produtos agroecológicos, a oferta tende a aumentar.

Os dados apresentados sobre os três municípios demonstram que a porcentagem de agricultores envolvidos com a produção orgânica/agroecológica é pequena, assim como a quantidade produzida. Isso indica a força do agronegócio e a falta de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da agroecologia. Identificamos agricultores que afirmam estar dispostos a trabalhar com a agroecologia, mas, em virtude das dificuldades relacionadas à falta de assistência técnica, crédito e comercialização, acabam desanimando e até desistindo da ideia. Percebemos que, no contexto dos agricultores e das instituições que vêm fazendo e apoiando a agroecologia, também faltam perspectivas em relação ao futuro. No entanto, ressaltamos que existem diversos agricultores e instituições que, por acreditarem no potencial da agroecologia, continuam resistindo e lutando em prol do fortalecimento da mesma.

Pelo fato de se apresentar como contraposição à agricultura convencional e transgênica, a agroecologia passa a ser questionada e até ridicularizada por determinados setores da sociedade. Há um embate ideológico que não pode ser negligenciado pelos pesquisadores, técnicos, instituições e agricultores. Nesse sentido, é imprescindível a criação de redes de cooperação entre os sujeitos sociais que buscam desenvolver a agroecologia, seja no Sudoeste do Paraná, seja em outros municípios e regiões.

Notas

¹ Membros da equipe do projeto de pesquisa e extensão: “Agricultura Familiar Agroecológica nos municípios de Itapejara d'Oeste, Salto do Lontra e Verê (Sudoeste do Paraná), como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial”, financiado pela SETI (Secretaria do Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) do estado do Paraná, através do programa: “Universidade Sem Fronteiras”, na Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão – Paraná – Brasil.

² Detalhes sobre a agricultura ecológica ou alternativa e suas correntes, assim como a diferença entre a agricultura orgânica e a agroecologia, podem ser encontradas em Candioto, Carrijo e Oliveira (2008) e em Meira e Candioto (2012).

³ Com a construção da Usina Hidroelétrica de Salto Caxias no Rio Iguaçu, lideranças regionais sob orientação do SEBRAE discutiram um projeto comum de desenvolvimento, originando em 1997 um consórcio público de municípios chamado de PROCAXIAS. O PROCAXIAS se propunha a elaborar um projeto de desenvolvimento para os municípios atingidos pelo reservatório da UHE de Salto Caxias. Ele chegou a executar algumas ações, conforme consta no site <<http://www.procaxias.npi.pr.gov.br/#>>, porém, atualmente o consórcio vem tendo uma atuação incipiente.

⁴ Mais detalhes sobre a Rede Ecovida podem ser encontrados em Santos (2009); Brandenburg (2002); Candioto e Meira (2009); e no site www.ecovida.org.br.

Referências

ALVES, Adilson F. et al (Org.). Agroecologia e consumo consciente. Francisco Beltrão: SETI, USF, 2010.

ALVES, Adilson F.; CANDIOTTO, Luciano Z. P.; CARRIJO, Beatriz R. (Org.). Desenvolvimento Territorial e Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ALVES, Adilson F.; CANDIOTTO, Luciano Z. P.; CARRIJO, Beatriz R. (Org.). Anais do III SEET: A agroecologia no contexto do desenvolvimento territorial. Francisco Beltrão, 2007, 576 p. (CD-ROM)

ALVES, Adilson F. et al. Agroecologia e consumo consciente – ações que transformam. Francisco Beltrão: SETI/USF, 2010. (Cartilha informativa).

BRANDENBURG, Alfio. Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas In: BRANDENBURG, Alfio (Org.). Desenvolvimento e Meio Ambiente: caminhos da agricultura ecológica, Curitiba (Editora da UFPR), n.6, 2002, p.11-28.

CANDIOTTO, Luciano Z. P.; CARRIJO, Beatriz R.; OLIVEIRA, Jackson A. A Agroecologia e as Agroflorestas no contexto de uma Agricultura Sustentável In: ALVES, Adilson F.; CANDIOTTO, Luciano Z. P.; CARRIJO, Beatriz R. (Org.). Desenvolvimento Territorial e Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 213-232.

CANDIOTTO, Luciano Z. P.; MEIRA, Suzana G. Considerações sobre a comercialização e certificação de alimentos orgânicos e agroecológicos. In: XIV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 14 e 8, 2009, Niterói. Anais... Niterói, RJ. 2009. CD-ROM.

FRITZ Nilton Luiz. Agroecologia: o desenvolvimento no Sudoeste do Paraná. In: ALVES, Adilson F.; CANDIOTTO, Luciano Z. P.; CARRIJO, Beatriz R. (Org.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GREENPEACE. Transgênicos: a verdade por trás do mito. Cartilha Elaborada pela Campanha de Engenharia Genética do Greenpeace, 2005.

HESPANHOL, Rosângela. A. de M. Agroecologia: Limites e perspectivas In: ALVES, Adilson F.; CANDIOTTO, Luciano Z. P.; CARRIJO, Beatriz R. (Org.). Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 117-136.

MEIRA, Suzana G.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. Uma proposta de diferenciação entre estabelecimentos rurais com agricultura orgânica. In: VI Simpósio Paranaense de Pós-graduação e Pesquisa (SIMPGEOP), 6, 2012, Guarapuava. Anais... Guarapuava, PR. 2012. CD-ROM.

SANTOS, Luiz, C. R.; Formação e consolidação da Rede Ecovida de agroecologia e a sua experiência de certificação participativa. Disponível em:
<<http://www.agroecologia.inf.br/biblioteca/Rede%20Ecovida%202003.pdf>> Acesso em: 14 de mai. de 2009.

SAQUET, Adriano A. et al. Agricultura ecológica e ensino superior. Francisco Beltrão: Grafit, 2005.

SAQUET, Marcos A. Abordagens e Concepções de Território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Recebido em 12/03/2012 Aceito para publicação em 30/08/2012.
